

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE REVISÃO DE LIMITES

DA TERRA INDÍGENA MANOKI

Referência: Processo FUNAI/BSB/N.º 1600/82. Terra Indígena Manoki. Superfície: 252.000 ha. Perímetro: 289 km. Localização: Município de Brasnorte, no Estado de Mato Grosso. Sociedade Indígena: Manoki. Família linguística: Manoki (isolada). População: 250 habitantes (2000). Identificação e Delimitação: Grupo técnico instituído pela Portaria n.º 1144/PRES, DOU-09/11/00, coordenado pelo antropólogo Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

1. DADOS GERAIS

Os Manoki localizam-se em duas áreas indígenas no Estado de Mato Grosso: a TI Irantxe, na região do rio Cravari, na altura do paralelo 13o, e a TI Myky, às margens do rio Papagaio, mais ao norte, perto do paralelo 12o. Este relatório tratará apenas do grupo que vive na TI Irantxe, atendendo a determinação legal de revisão dos limites de seu território. A denominação Irantxe, pela qual ficaram conhecidos na sociedade brasileira nada significa para estes índios. Estes índios se autodenominam Manoki, nome pelo qual nos referiremos a eles, a partir de agora.

O território histórico do povo Manoki, de acordo com a memória tribal e com os registros históricos, se estendia pela margem esquerda do rio do Sangue e margem direita do rio Cravari, limitando-se ao sul com o córrego Membeca e ao norte na junção do rio Cravari com o rio do Sangue. A importância das inúmeras trilhas indígenas para a penetração das frentes de expansão é atestada por João Salustiano Lyra (Public. N.º 7, anexo 3, da Comissão Rondon), em texto referente à exploração do vale do rio Cravari em 1907. Rondon nas suas "Conferências" (1910) refere-se aos Irantxe e localiza seu território nessa mesma área; assim como Roquette-Pinto (1935); Max Schmidt (1928, 1942), Pe. João Dornstauder, que, em 1952, visitou várias malocas produzindo um mapa da região de ocupação dos Manoki; por Moura (1960:5), Pereira e Moura e Silva (1975:13), Pereira (1965:105), Métraux (1942:161). Essa localização também é referida nos mitos e na memória tribal. Pivetta (1993) em sua pesquisa de 1992, reconstituiu com o auxílio dos Manoki mais velhos uma lista de 27 aldeias antigas, localizadas entre o rio Cravari e o rio do Sangue, nas bacias do rio 13 de Maio, São Benedito e Membeca (limite sul de seu território histórico), estimando uma população de mais de 1000 pessoas no início do século XX.

A história do envolvimento dos Manoki (Irantxe) pela sociedade nacional está intimamente ligada ao processo de ocupação regional e este, por sua vez, foi profundamente modelado pelas frentes de expansão seringueiras, pela atuação do Estado e pela presença jesuítica. O primeiro contato dos Manoki com as frentes de expansão da sociedade nacional deu-se por volta do ano de 1900 quando seringueiros promoveram uma massacre da população de uma de suas aldeias no córrego Tapuri, afluente da margem direita do rio Cravari. O segundo contato foi pacífico: em 1909 um grupo deles foi à estação Utiariti, na margem direita do rio Papagaio, querendo ferramentas. Desta data até 1932, grupos de Manoki visitavam a estação telegráfica de Utiariti à procura de ferramentas de aço e sem nunca revelarem o local de suas aldeias. De 1932 até 1946, os Manoki deixaram de visitar a linha telegráfica e se mantiveram arredios ao contato.

A linha telegráfica tornou-se obsoleta com o nascimento da radiotelegrafia em 1922, sendo abandonada após a retirada da Comissão Rondon. O espaço geográfico e ideológico propiciado pela abertura da linha passou a ser ocupado pelos jesuítas, cuja atuação foi marcante no processo de intermediação entre os povos indígenas da região e a sociedade nacional e, em especial, no caso dos Manoki. Em 1935 os jesuítas fundaram seu primeiro posto entre os índios, próximo à estação telegráfica Jurucna, estabelecendo com grandes dificuldades e sucesso restrito o trabalho catequético e educativo, voltado principalmente para as crianças, entre os Pareci e Nambikwara. Em 1935, o bispo prelado de Diamantino, Pe. Mello, tentou sem sucesso alcançar malocas Manoki. Em 1943 houve outra tentativa frustrada, do Pe. João de Freitas. Em 1945, com os Manoki ainda desaparecidos, o funcionário do SPI João Climaco acompanhado dos índios Pareci Pedrinho Kezo e Antonio Canazó, explorou a região dos Manoki e fundou o posto do SPI Major Libânio Cohuizorecê, conhecido como Posto Tolosa, para efetuar a atração dos Manoki (Irantxe). Em 1946, os jesuítas instalaram a Missão em Utiariti, na margem esquerda do rio Papagaio, no mesmo local onde Rondon já havia instalado, anos antes, uma escola para os Pareci.

A Segunda Guerra Mundial e a conseqüente demanda por borracha no mercado internacional promoveram o terceiro ciclo da borracha do Mato Grosso. A atividade seringueira atinge, pela primeira vez de forma sistemática e maciça, as matas equatoriais das bacias dos rios Papagaio, Sacre, Sangue, Arinos, Jurucna, Aripuanã, Roosevelt, para falar apenas das mais importantes. Atingindo os territórios de grupos tribais antes só marginal e esporadicamente alcançados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As escaramuças genocidas e a difusão de doenças letais para os povos indígenas, além de promover sua crescente depopulação, tiveram o dom de acentuar os conflitos inter-tribais, alguns pré-existentes, à medida em que as crescentes invasões tendiam a deslocar os grupos de seus próprios territórios para os territórios de outros.

Naquele mesmo ano de 1946, Henrique de Oliveira, tropeiro do depósito de borracha do rio Sacre, levou uma dezena de índios Manoki a Utiariti, para trabalhar e conseguir ferramentas. No ano seguinte, 1947, um grupo de seringueiros, guiados por índios Pareci conseguem atingir malocas Manoki (Irantxe). Em 1948, depois de uma primeira visita dos jesuítas à sua maloca, cerca de 15 deles foram trazidos a Utiariti e engajados em regime de trabalho que, segundo os padres, foi bem aceito por eles. As malocas Manoki (Irantxe) passaram a ser sucessivamente visitadas por uma missão protestante, pelos jesuítas e pelos funcionários do SPI, que disputavam tentando atraí-los e aldeá-los nas suas respectivas sedes. Esse contato inicial desordenado e competitivo facilitou a difusão de epidemias em quase todas as malocas, e mesmo em Utiariti, provocando grande mortandade. Essa situação se prolongaria até 1957, quando

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 13 de novembro de 2002

Nº 181- Assunto: Processo FUNAI/BSB/1600/82. Referência: Terra Indígena MANOKI. Interessado: Grupo Indígena Manoki (Irantxe). EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1600/82, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo RINALDO SÉRGIO VIEIRA ARRUDA, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MANOKI de ocupação do respectivo grupo tribal Manoki, com superfície e perímetro aprovados de 252.000 hectares e 289 km respectivamente, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso; do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo; Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.



o SPI delegou oficialmente a tutela indígena para os missionários. Em agosto de 1948, em meio a epidemias de gripe e sarampo, os Manoki (Irantxe) sofreram ataques dos Tapanhuma e, em seguida, dos Rikbaktsa, que resultaram em muitos mortos e feridos. Os sobreviventes refugiaram-se em massa em Utiariti à procura de socorro e segurança. Dos quase 300 estimados em 1947, sobreviveram apenas cerca de 90, em 1949. Nesse ano os jesuítas abriram um posto de catequese na aldeia do "Capitão Acácio", próximo ao rio Cravari, trasladando os Manoki em número crescente, para Utiariti. As epidemias continuaram a dizimá-los. Em 1950, a gripe coreana alcançou a aldeia do Capitão Acácio, quando morreram quase todos os habitantes. Em 1951, sobreveio nova epidemia de gripe e os sobreviventes procuraram refúgio em Utiariti. Em 1953, o Pe. João Domstauder visitou várias aldeias identificando o território ocupado pelos Manoki, convidando-os a se mudarem para Utiariti, pois as doenças grassavam em quase todas as aldeias provocando muitas mortes, desorganização social, fome e sofrimento. Em 1954, os Tapanhuma (ou tapanyuma, Beijo-de-Pau) atacaram as aldeias Manoki e as mortes por doenças continuaram. No mesmo ano sofreram ataque dos Rikbaktsa que mataram 17 Manoki perto da confluência do rio do Sangue com o rio Cravari. A partir daí todos os sobreviventes foram levados a Utiariti afastando-se de seu território histórico com medo das doenças e, principalmente, dos ataques dos Rikbaktsa e dos Tapanhuma que quase os dizimaram completamente.

Até o final da década de 60 (1968), a grande maioria dos Manoki permaneceu em Utiariti no esquema catequético civilizatório da Missão, com exceção de algumas famílias que passaram a habitar a aldeia de José Parente e de Maria Atolú, próxima ao Cravari, no mesmo local onde hoje é a aldeia Asa Branca. A partir desta aldeia continuaram a frequentar sua área histórica para coleta, caça e pesca sem, entretanto se aproximarem do rio do Sangue e sem fazer aldeias com medo de encontrarem os Tapanhuma ou os Rikbaktsa.

A partir dos anos 60 se adensou a ocupação regional, agora por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitada pela abertura de estradas, a principal delas a BR 364 ligando Cuiabá a Porto Velho, terminada em 1968. Esse novo processo de ocupação regional acelerou-se nos anos 70 e 80 com o asfaltamento da BR 364, a abertura de novas estradas, a implantação de inúmeros núcleos de colonização, a ampliação da mineração e o desenvolvimento de grandes projetos, como o Polonoroeste, transformando essa região extrativista em poliminerál e agropecuária, promovendo sua definitiva ocupação e, infelizmente, devastação ambiental. Nessa mesma época a Igreja Católica promoveu uma ~~revisão crítica de seu papel histórico e uma reflexão teológica inovadora, cunhada de teologia da libertação orientando sua atuação missionária na perspectiva da inculturação. A missão jesuítica adotou essa linha de ação, fechando o internato e passando a atuar diretamente nas aldeias.~~

A partir de propostas da Missão Indigenista Anchieta, em 1968 foram criadas as reservas para os povos por ela tutelados. A área indígena Irantxe foi criada pelo Decreto Presidencial no. 63.368 de 08/10/1968 e ratificado pelo decreto no. 64.027-A de 27/01/69. Esse território foi criado na margem esquerda do rio Cravari com uma extensão de 46.790 ha. Estes, como vimos, sempre ocuparam uma área situada entre a margem direita do rio Cravari e a margem esquerda do rio do Sangue. A TI Irantxe, que é hoje parte integrante do território tradicionalmente ocupado pelo grupo Manoki, foi criada numa área antes ocupada pelos Pareci, com características predominantes de região de cerrado, o que sempre destoou em termos culturais e ecológicos de seu habitat primário constituído pelas áreas florestadas à direita do rio Cravari e à esquerda do rio do Sangue. O deslocamento de seu habitat original era visto por eles como passageiro, até que não fossem mais ameaçados por seus inimigos. Assim, não significava para eles perda do território, pois mantinham em mente a esperança de retorno e do direito natural de ocupação do local tradicionalmente utilizado por eles. Os Manoki são um povo de adaptação sócio-ecológica às matas da bacia do rio do Sangue e de seus afluentes da margem esquerda (13 de Maio, São Benedito e Membeca), não estando culturalmente preparados para viver no cerrado.

Quando o internato de Utiariti foi desativado todos os Manoki deslocaram-se para a aldeia da Asa Branca, do capitão José, onde os jesuítas instalaram escola, farmácia, igreja e onde passaram a atuar também as Irmãs da Imaculada Conceição. Seu território histórico parecia relativamente intocado pelos brancos e, além da ameaça dos Tapanhuma e dos Rikbaktsa, parecia ser possível voltar em ocasião mais oportuna, depois que os outros povos fossem pacificados pelos brancos. Porém, em 1970, a agropecuária Membeca se instalou na região e começou a cortar a reserva Irantxe com uma estrada, embargada pela FUNAI. Este foi o primeiro passo de um gradativo cercamento dos Manoki fora de sua área de ocupação histórica. Estes, até a década de 1980 ainda caçavam, pescavam e coletavam fora da área demarcada, continuando, portanto, a ocupar seu território histórico exercitando seus usos, costumes e tradições. Entretanto, o gradativo adensamento da ocupação regional foi promovendo seu encerramento dentro da reserva e a piora crescente de suas condições de vida. Foi só por força desse processo que os Manoki foram pouco a pouco adquirindo consciência do significado da reserva e da perda de seu território histórico que, já desde meados da década de 1970 passa a ser reivindicado por eles. Por força de contínuas contestações dos índios e de fazendeiros, os limites da terra indígena Irantxe (Manoki) definidos no Decreto de 1968 são homologados em 1990, para, logo em seguida, continuarem a ser contestados pelos índios. Em maio de 1991, o Chefe Irantxe Inocêncio Capuixi, juntamente com outros Manoki procuraram o antropólogo Darci Pivetta e lhe pedem auxílio para o reconhecimento de seu território, solicitando-lhe a elaboração de um estudo histórico-antropológico. Em 1992, entregam à FUNAI uma solicitação oficial pleiteando o reconhecimento de seu território histórico e a revisão dos limites da área demarcada. (Cf. Ofício PNUD/BRA/94/006/PRODEAGRO, de Cuiabá, MT).

## 2. HABITAÇÃO PERMANENTE: A VIDA MANOKI NA RESERVA ATUAL

Em 1947, a população foi calculada em 258 pessoas, constituindo já um reduzido número de sobreviventes dos massacres, epidemias e ataques dos Tapanhuma e Rikbaktsa, seqüência ininterrupta desde os primeiros contatos com a sociedade nacional no início do século XX. De 1948 em diante o quadro se agravou, sendo que no final daquele ano só restavam 90 Manoki. Em 1951 eram 70, em 1952, 55; em 1953, 59; em 1956, 54, em 1965, 52 e em 1974, 50. Daí em diante, a população voltou a crescer, mas já num ambiente social profundamente alterado pela atuação jesuítica e pelo grande número de casamentos com pessoas de outras culturas e linguagens, impondo o uso permanente da língua portuguesa como único meio de comunicação. Forçou também o abandono de muitos costumes pela ausência de ambiente adequado para sua realização. Os dados da Missão indicam em 1979, já habitando a reserva Irantxe, um total de 136 pessoas e em 1982 eram 142 indivíduos. Em 1983 (Arruda, 1983) eram 145 pessoas, sendo 11 famílias em que ambos os cônjuges eram Manoki e 17 famílias em que um dos cônjuges pertencia a outra etnia. Hoje (2000) os Manoki contam com uma população de cerca de 250 pessoas, distribuídas em 6 aldeias: Paredão (60), Recanto do Alípio (12), Perdiz (26), Asa Branca (24), Cravari (119) e Treze de Maio ou Aldeia do Maurício (9) (OPAN, 2000).

A enorme perda populacional, a expulsão de seu território próprio, a catequese e o processo histórico de envolvimento pela sociedade brasileira, impuseram severas restrições à reprodução do modo de vida Manoki. Findo o período de abrigo e tutela da missão em Utiariti, sua transferência para uma área fora de seu território histórico e de características ambientais diversas de sua área de ocupação histórica, (da mata para o cerrado) aprofundaram as dificuldades de reprodução sociocultural e, até mesmo, de sobrevivência em condições dignas.

A região na qual a reserva indígena Irantxe está inserida foi ocupada nas duas últimas décadas por grandes empreendimentos agrícolas com predomínio de culturas mecanizadas (produção de soja, com participação do arroz, milho e cana, com alto índice de utilização fertilizantes industriais e defensivos agrícolas) e com a presença de atividade pecuária. O resultado tem sido o desmatamento crescente, o envenenamento das fontes de água, o empobrecimento da fauna e flora regionais e restrições à movimentação dos Manoki fora de sua área demarcada. O empobrecimento e deterioração das condições da flora e fauna regionais repercutem negativamente também no interior da reserva Irantxe, manifestamente ainda mais pobre de recursos naturais que as áreas ao redor. De 70-80% do solo da reserva indígena Irantxe é formado basicamente por latossolo vermelho-amarelo, que apresenta cobertura vegetal formada pelo campo cerrado ou savana arborizada. São solos com acidez elevada, fertilidade baixa e apresentam deficiências de micronutrientes (sobretudo nos solos textura média). Nos outros 20 a 30% da área os solos são constituídos por areias quartzosas, tendo como cobertura vegetal o cerrado ou savana florestada, representando o contato savana-floresta ombrófila. São solos ainda mais pobres com capacidade de troca de cátions (CTC) e soma de bases (SB) muito baixos, inadequados ao tipo de plantio tradicionalmente executado pelos Manoki (Opan, 2000:7).

## 3. ATIVIDADES PRODUTIVAS

Tradicionalmente os Manoki tem sua unidade de produção e consumo na família extensa, matrilocal, o trabalho masculino tem por base a cooperação entre genros e sogro. Atualmente muitos casais jovens fazem casa em separado, embora mantenham as obrigações de cooperação e partilha características das relações dos genros com seu sogro. Cada casa/família costumava fazer, e muitas ainda o fazem, uma roça perto da aldeia, de meio a dois hectares, consorciada com mandioca brava, milho fofo, batata doce, cará, batata, feijão costela, feijão fava, araruta, urucum, cabaça de chão grande, algodão, amendoim e outras espécies. Incorporaram a mandioca mansa, a cana-de-açúcar, o milho duro, e outras espécies como o arroz e o feijão guandu.

Calcula-se que o total de terras já utilizadas pelo sistema de roça tradicional não ultrapassa 500 hectares, constituído exclusivamente de mata ciliar, de solo mais fértil. Mesmo nestas áreas mais férteis os solos são muito pobres, não suportando plantios por mais de dois anos seguidos, fazendo com que a cada ano novas áreas tenham que ser abertas ao plantio, processo já esgotado pela exigüidade da área indígena e as necessidades de preservação de parte da mata ciliar. A produção do milho, um de seus cultivos tradicionais mais importantes, é irrisória pelas deficiências do solo. O plantio mecanizado vem sendo tentado já há alguns anos, sem muitos resultados positivos já que requer muito gasto em correção de solo, fertilizantes e maquinário. Assim, apesar das limitações impostas ao aumento das roças tradicionais, o plantio mecanizado até hoje não conseguiu se estruturar como uma solução viável para os Manoki.

A caça, a pesca e a coleta, por sua vez, apesar de praticadas tem tido resultados cada vez piores, em função do aumento da antropização regional e das características do modelo de ocupação centrado na derubada da cobertura vegetal para monoculturas ou pastos e no uso intensivo de agrotóxicos. As emas, siriemas e perdizes diminuíram drasticamente. Atraídas pelas plantações das fazendas, comem insetos e sementes a descoberto e morrem envenenados com pesticida. As fazendas desmatam também as matas de galeria para o plantio de soja, algodão e arroz: na época das chuvas, a terra lavada escorre para os cursos d'água levando consigo o veneno, matando os peixes e enfraquecendo a cadeia trófica, além de promover o assoreamento crescente dos cursos d'água, a diminuição de seu fluxo e da vida silvestre. A caça, portanto, é rara, mas a coleta de frutos silvestres ainda é praticada, principalmente pelas mulheres e crianças.

INSTITUTO	
	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU 51/222
Data	18/11/2002 Pg CONT. (3)
Class.	10000014

Esse processo iniciado com a chegada das primeiras fazendas na década de 1970, acentuou-se fortemente nos dias atuais, dificultando cada vez mais a reprodução do povo Manoki. O abandono gradativo e forçado de suas práticas agrícolas, prontove também a impossibilidade da transmissão destas práticas para as novas gerações, assim como dos rituais e conhecimentos associados, ampliando a dependência externa e diminuindo seu espaço de autonomia. Assim é que as roças hoje existentes são poucas e quase só de mandioca. O trabalho assalariado se generaliza, diluem-se as relações de trabalho fundadas no parentesco e as sementes tradicionais correm o risco de perda definitiva.

Há pequena criação de galinhas em todas as aldeias, com exceção da aldeia Perdiz. São muito atacadas por doenças e por vezes é necessário comprar milho para alimentá-las, fatores que restringem muito sua criação. Além disso, há pequenas criações de porco (criados soltos) na aldeia da Asa Branca e no Recanto do Alípio.

Os homens adultos e os rapazes tem passado cada vez mais a trabalhar fora, nas fazendas da região, aproveitando para caçar e coletar naquelas que ainda tem alguma cobertura vegetal e cujos donos permitem. Outras fontes de renda monetária são: 1. artesanato (cocares, redes de algodão ou de tucum, colares, etc.); 2. uma pequena produção de farinha e de mel; 3. trabalho assalariado nas aldeias: professores indígenas, agentes de saúde; 4. aposentadoria.

#### 4. MEIO AMBIENTE: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MANOKI, A SER INCORPORADO À TERRA INDÍGENA IRANTXE.

A Terra Indígena Manoki (mata) é parte do território histórico de reprodução biológica e cultural da etnia Manoki (Irantxe), envolvendo a margem direita do Rio Cravari e a margem esquerda do Rio do Sangue. Esta é uma área de tensão ecológica pelo contato das regiões fitocológicas - Savana (cerrado), Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Estacional Semidecidual -, caracterizada por um mosaico de vegetação, diversas unidades de paisagem e uma riqueza de recursos vegetais e animais que poderá ser explorada e manejada de forma sustentável pelos Manoki (Irantxe). Diversas áreas de roças antigas foram identificadas e nelas ainda estavam presentes plantas de um tipo de cará (*Dioscorea* spp.), espécie que deu brigma a agricultura Manoki, relatada em um dos mitos. Os Manoki (Irantxe) reconhecem diversas espécies vegetais que ocorrem nestas matas que são alimento para peixes, e também alimento para aves, e mamíferos. São importantes recursos alimentares que os Manoki (Irantxe) têm muito interesse em recuperar.

Praticamente não existem recursos pesqueiros, nem caça, na Terra Indígena Irantxe atual (cerrado). Porém, na área a ser incorporada vários locais foram mapeados e georreferenciados durante as expedições do GT. Através dos sons emitidos pelos animais e da presença de rastro, os Manoki identificaram vários locais com potencial para manejo da caça.

A caça é tradicionalmente uma atividade muito importante da etnia Manoki, mas nos limites da área em que estão atualmente (cerrado), é praticamente nula a presença dos animais de uso na sua cultura, ocorrendo só pombas e lagartos. Por outro lado, a caça entre os Manoki (Irantxe) é uma atividade que evita a pressão sobre determinados animais, de tal forma que tudo pode ser aproveitado, e esta ausência de pressão seletiva, favorece a sustentabilidade desta atividade.

Os peixes são uma fonte de proteína animal muito apreciada pelos Manoki (Irantxe), e na área atual ocorrem apenas alguns lambaris e lobós. Nas expedições foram identificadas e georreferenciadas as unidades de paisagem: lagoas marginais, córregos, e leito de rios maiores, como o Rio do Sangue. Na margem esquerda do Rio do Sangue foram observados diversas áreas de kaluná, que são consideradas como criatório de peixes, e também a ocorrência de diversas árvores de roncador em frutificação, cujos frutos são alimento de pacús e matrinchãs.

A agricultura tradicional Manoki (Irantxe) envolve os mesmos processos usados por diversos povos da Amazônia: derrubada, queimada, coivara e plantio aproveitando a concentração de nutrientes no local. As áreas manejadas desta forma são inferiores a meio hectare e com o tempo transformam-se em florestas secundárias (capoeira velha) que são usadas como fonte de propágulos, raízes comestíveis, frutos, plantas medicinais e atrativos de caça. A sustentabilidade desse processo de agricultura depende muito da pressão populacional numa área limitada, dos sistemas de manejo utilizados e dos períodos de pousio adotados. A área atual não dispõe das unidades de paisagem que tradicionalmente são manejadas desta forma e a grande expectativa dos Manoki (Irantxe) é retornar ao menos parte do território histórico e recuperar as antigas variedades das várias espécies para produzir os alimentos que mais apreciam.

A área pretendida para ampliar o território Manoki (Irantxe) atual, é composta por florestas ainda bem conservadas, que representam mais de 80% do território, principalmente na microbacia do rio do Sangue (Manjamiaky, que significa rio grande, rio dos Beijo de Pau), do rio 13 de Maio (Talunakanaly, rio do cipó do mato, indicador de terra de plantio), e do rio São Benedito (Sonkalamney, rio das frutas). As maiores alterações encontram-se na margem direita do Rio Cravari (Mankakianaly, rio que entra no campo. O rio Membeca é chamado de Kakekanali, o lugar das taquaras) através de desmatamentos por fazendeiros para instalar pastagens e da retirada de algumas espécies madeireiras.

A manutenção das florestas significa além da presença de espécies vegetais úteis para a coleta para os fins alimentares, medicinais e artesanais, os recursos para a presença de diversas populações de animais que podem ser usadas para o manejo de caça. As matas ciliares bem conservadas nos principais rios possibilita a manutenção de recursos pesqueiros tão apreciados pelos Manoki (Irantxe).

A análise de solos em amostras retiradas a 20cm de profundidade em áreas que os Manoki (Irantxe) indicaram como adequadas a instalação de roças, mostrou solos pobres e ácidos, como era esperado nas classes de solo presentes (latossolo vermelho amarelo, vermelho escuro e areias quartzosas), mas os solos sob vegetação de cerrado, onde estão atualmente, são bem piores (amostra 12). As amostras na margem esquerda do rio do Sangue e do rio 13 de Maio mostraram maior saturação de bases (que na margem direita do Cravari, e nessa região encontram-se manchas de solo mais escuro, e também com maior teor de fósforo que o observado na amostra de solo do cerrado, que foi quase zero (0,3)).

O manejo feito pelas populações indígenas da Amazônia, e principalmente os tipos de agricultura que realizam são perfeitamente adequados para a utilização destas áreas, de uma forma sustentável, assegurando a reprodução e manutenção dos Manoki (Irantxe) neste território.

#### 5. REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Por volta do início do século XX a população Manoki (Irantxe) era estimada em cerca de 1200 indivíduos, espalhada em quase trinta aldeias nas bacias dos rios 13 de Maio, São Benedito, Membeca, na margem direita do rio Cravari e na margem esquerda do rio do Sangue. Relacionavam-se com relativa harmonia com os povos vizinhos, como os Pareci, Nambikwara e mesmo os Tapanhuma. Mais tarde descentendimentos entre eles fizeram com que passassem a ser atacados com tanta intensidade pelos Tapanhuma. Com os Pareci e os Nambikwara mantêm, até hoje, relações amistosas, assim como com outros povos com os quais conviveram no internato de Utiariti.

A chefia tradicional passava de pai para filho. Assim como hoje, não existia um chefe geral, apenas os chefes de aldeia. Hoje o chefe é eleito por voto, após longos debates, entre todos, mantendo, entretanto, a característica central das chefias tradicionais: o chefe não manda, persuade. Toda decisão importante é tomada em longos processos de discussão pela comunidade, até que se atinja o consenso.

Do seu sistema de parentesco tradicional subsistem certos princípios gerais como os da regra de residência uxorilocal, da cooperação genros-sogro no trabalho e da descendência bilateral. A manutenção de sua religião própria não os impediu de seguirem também alguns aspectos do catolicismo. Na aldeia do Cravari costumam realizar rezas coletivas aos domingos, na igreja que lá existe, e recebem visitas eventuais de um padre para celebração da missa e para realização de batismo. Estabelecem relações de compadrio algumas vezes com pessoas de fora (funcionários da FUNAI ou amigos não-índios da região).

A importância e a antiguidade de manejo de cada uma das espécies vegetais plantadas pelos Manoki estão registradas nos relatos dos antigos e sistematizadas num rico corpo mítico, presente até hoje no cotidiano dos Manoki. As atividades econômicas tradicionais são intrinsecamente ligadas a atividades rituais. Tradicionalmente aconteciam as festas do período da seca e as do período das chuvas, as quais duravam aproximadamente um mês cada. Trata-se dos ritos associados às flautas sagradas (as masculinas são chamadas de Yeté e as femininas de Nadipu) de uso exclusivo dos homens. Eles as tocam, ainda hoje, de dia na casa das flautas - fora da aldeia e escondidas pela vegetação e de noite no pátio das aldeias. É proibido às mulheres e crianças vê-las, evitando-se até mesmo fazer menção à sua existência. As crenças e os ritos associados a estas flautas constituem o cerne de sua religião e de sua visão de mundo. Na época da derrubada (na estação seca), como parte da iniciação dos meninos, os homens ofereciam uma roça, supostamente feita pelas entidades representadas pelas flautas, a alguma mulher de respeito que passava a cuidar dela e redistribuir seus produtos a outras mulheres. A última roça-festa de iniciação destas flautas foi realizada por volta de 1995. Na época da chuva havia as festas de flauta "jacuri", na qual as mulheres também participam e tocam-se músicas referentes aos animais (tatu, tamandua-mirim, peixe cará, gambá e todos os outros).

As roças tradicionais continuam a serem realizadas, algumas vezes acompanhadas dos ritos tradicionais. Porém, com a crescente saída dos homens mais jovens tanto no período da derrubada, quanto no período de plantio, elas diminuem de número e de tamanho, ocasionando ainda uma reorganização do padrão tradicional de divisão de trabalho e na composição das unidades de produção. Hoje em dia resta só a área de cerrado para o plantio e, nestas áreas, a única espécie que nasce melhor é a mandioca. Dessa forma, enquanto as roças tradicionais vão sendo abandonadas e se tornam empobrecidas o trabalho assalariado nas fazendas vai se tornando a regra acentuando, num círculo vicioso, o abandono das roças, a piora das condições alimentares e das condições de vida. Assim, a reprodução sociocultural do povo Manoki encontra-se bastante comprometida pela impossibilidade de acesso aos recursos naturais necessários para seu modo de vida.

#### 6. LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Durante o desenvolvimento do trabalho o GT teve o acompanhamento dos índios em todos os momentos da vistoria, a fim de possibilitar aos mesmos o reconhecimento de seu antigo habitat, testemunharem os impactos ambientais causados pela exploração desenfreada dos recursos florestais praticadas pelos ocupantes madeireiros e de poderem tomar consciência do estado geral de ocupação do seu território.

Durante as vistorias detectamos em vários casos, conforme demonstram os conteúdos do LV, que os ocupantes não-índios não cumpriam rigorosamente a legislação ambiental e florestal. O modo de exploração da área ocorre sem o devido amparo legal, e está prejudicando o ecossistema da região estudada; os exemplos evidentes são os casos de algumas fazendas identificadas, cujas reservas florestais são inexistentes, sendo a totalidade da fazenda utilizada pra atividades pecuárias. Outros casos são os ocupantes proprietários de Serrarias, realizando derrubadas de árvores e retirada de madeiras para exploração semi-industrial, em sua maioria sem a licença do IBAMA.

Os levantamentos de informações ambientais, cartoriais, fundiárias e de pesquisa de preços foram feitos em Brasnorte e nas sedes dos municípios vizinhos, como Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Diamantino e na cidade de Cuiabá-MT, com consulta junto as instituições públicas e privadas, entre as quais, o IBAMA, EMPAER-MT, Banco do Brasil, INCRA, INTERMAT, INDEA, Cartório de Registro de Imóveis, e diversas casas comerciais. O GT detectou a existência de 20 ocupações com benfitoras. Desse total, em 18 ocupações foram preenchidos o formulário LV, e em 02 (duas) ocupações não foi permitido o preenchimento do formulário por ordem do ocupante, que impediu o acesso não permitindo o levantamento fundiário. Além dessas ocupações, o levantamento cartorial indicou mais 3 títulos sem ocupação visível. Totalizam 23 propriedades que são:

LVA	Nome do ocupante	Localidade	Nome do Imóvel	Situação da ocupação	Reside no imóvel	ocupação (anos)	Área (ha)	Famílias	N.º de pessoas	Benfeitoria
01	Hélio Turquino	Gleba Tibagi	Faz. Rival	Propriedade	Não	15	6275,00	01	04	Sim
02	Ivo Palaro	Membeca	Faz. São Angelo	Propriedade	Sim	05	3267,25	01	07	Sim
03	Roberto Briant	M/D Rio Cravari	S/nome	Posse	Não	07	S/inform	01	01	Sim
04	José Valdir de Oliveira Moraes	Membeca	Faz. Criuva	Posse	não	02	S/inform	01	01	Sim
05	Glóvis José Minozzo	Gleba Centro Oeste	Faz. Nativa	Propriedade	Não	03	3400,00	01	02	Sim
06	Juarez Pereira de Souza	M/D Rio Cravari	Faz. Primavera	Propriedade	Não	05	800,00	--	--	Sim
07	Antonio Alves de Melo	M/D Rio Cravari	Faz. Riozinho	Propriedade	Não	05	2700,67	--	--	Sim
08	Elbi Sadr Bulow	M/D Rio Cravari	S/ denomina.	Propriedade	Não	02	2500,00	--	--	Sim
09	Celso e Clésio Ávila	M/D rio 13 de maio	Faz. Pacoval	Propriedade		11	1210,00	01	03	Sim
10	João Carlos Correa	M/D rio do Sangue	Machadinha agroindustria S/A	Propriedade	Sim	07	1210,00	16	50	Sim
11	Marcelo Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz. Vacaria	Propriedade	Não	02	1633,54			Sim
12	Edward Rossi Vilela Silva	M/D rio do Sangue	S/ denomina.	Posse	Não	20	S/ informa	01	04	Sim
13	Ricardinho Antero Giacomet	M/D rio do Sangue	Faz. Idalina	Posse	Não	02	1950,00	01	03	Sim
14	Philips Monteiro Laigner Costa	Membeca	Faz. Daiana	Posse	Não	03	12000,00	01	02	Sim
15	Gilmar Curioni e outros	Cabeceira do rio 13 de maio	Faz. Viacampos	Propriedade	Não	02	4999,30	01	04	Sim
16	Antonio Fraga Zwicker	M/D rio Cravari	Faz. Nova Bavária	Propriedade	Não	05	S/informa	04	16	Sim
17	Moacir José Vasc. Visquitino	Cab. barra Capanema	Faz. Córrego Seco	Posse	Não	04	S/informa	01	01	Sim
18	Ivan Kremer de Lima	Cab. barra Capanema	Faz. Agropecuária J. Barreto	Posse	Não	10	S/informa	01	02	Sim
19	Natalino Aldra			Propriedade	Não	--	8313,21	--	--	--
20	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis		Propriedade	Não	--	3000,00	--	--	--
21	Nivaldo Neumann	Campo Novo do Parecis		Propriedade	Não	--	1075,27,00	--	--	--
22	Neiva Marli Zache Neumann	Campo Novo do Parecis		Propriedade	Não	--	1000,00	--	--	--
23	Ricardinho Antero Giacomet	Gleba Sucuruina I		Propriedade	Não	--	1000,00	--	--	--

INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL



**Documentação**

Fonte: DOU, SJ (2002)

Data: 18/11/2002 Pg: cont.

Class: IXD00014

**7. CONCLUSÕES**

A proposta de identificação e delimitação apresentada pelo Grupo Técnico da Portaria N.º 1.144 de 08 de novembro de 2000, atende a todos os requisitos estabelecidos pelo artigo 231 da Constituição Federal. Lei: 6001/73; Decreto N.º 1.775/ de 08 de janeiro de 1996 e Portaria N.º 14/MJ/ de 09 de janeiro de 1996.

O perímetro da área delimitada como Terra Indígena Manoki (fratxe) está indicado na Planta de Delimitação compreendendo a margem direita do rio Cravari dando continuidade a Terra Indígena Manoki e fechando na margem esquerda do rio Membeba, até uma linha seca que alcança pelo lado oposto da área já demarcada.

Compreende portanto, as áreas mais preservadas de seu território histórico e, o que é mais importante, inalterado dentro da Terra Indígena nas nascentes do rio 13 de Maio e os principais afluentes do rio São Benedito, que são rios com diversos recursos e potencial de uso em suas bacias, sendo portanto imprescindíveis à sobrevivência física e cultural do grupo. A margem esquerda do rio do Sangue apresenta muitas espécies de peixes para alimento e várias lagoas marginais que são importantes para a reprodução dos peixes. Além disso, nesta região encontram-se várias manchas de solos menores e matas ainda preservadas.

Os estudos antropológico e ambiental realizados para a identificação e delimitação da Terra Indígena Manoki (fratxe), permitem finalizarmos com as seguintes conclusões:

1. Os Manoki foram sendo expulsos de seu território histórico num longo processo, que se iniciou no começo do século XX, marcado por massacres, epidemias constantes, ataques dos Ribkatsa e Tapanhuma, culminando com o seu quase extermínio e consequentemente transferência para a missão jesuítica em meados do século XX.
2. De lá foram transferidos para uma reserva indígena decretada, em 1968, e demarcada posteriormente. Esta área demarcada para onde foram transferidos (hoje parte integrante de terras de ocupação tradicional nos termos do § 1º do artigo 231 da Constituição Federal) não corresponde a seu território histórico e dele difere significativamente do ponto de vista ambiental. Seu território histórico era em boa parte florestado e a área demarcada para eles é de cerrado.
3. Suas condições de vida dentro da área demarcada e fora de seu território histórico são muito ruins. As limitações da área (de tamanho, de qualidade de solo, de tipo de flora e fauna) impedem a sua reprodução sociocultural de acordo com seus usos, costumes e tradições.
4. O território ora identificado e proposto para delimitação, visando a recuperação de terras tradicionais do grupo que ficaram fora dos limites da Terra Indígena Iranxé, já demarcada, é parte constitutiva do território histórico Manoki (fratxe), conforme demonstram os documentos históricos, os depoimentos dos padres e indígenas que participaram do processo de envolvimento dos índios pela sociedade nacional, e conforme atesta a memória dos próprios Manoki, vários deles são testemunhas de parte significativa de sua história de contato.
5. Apesar de transferidos para fora de seu território histórico, sempre o frequentaram utilizando-se de seus recursos naturais - caça, pesca e coleta. Até a década de 70, evitaram fazer aldeias nessa localidade com medo de seus inimigos Ribkatsa e Tapanhuma. Da década de 1970 em diante, a crescente ocupação da região por fazendas passou a cercar suas atividades fora da área demarcada. Só aí tomaram consciência da perda territorial e passaram a reivindicar a alteração dos limites da área demarcada.
6. A identificação dos diversos componentes ambientais desta Terra Indígena e a localização de vários dos locais das antigas aldeias e cemitérios, confirmam o atendimento da proposta de delimitação apresentada pelo GI e relacionada em anexo a este documento.
7. A Terra Indígena Manoki identificada por este GI é composta por florestas ainda bem preservadas, que representam mais de

80% do território, e por uma parte das microbacias dos rios do Sangue, 13 de Maio, São Benedito e Membeba, com pouca aniquinação antrópica.

8. O levantamento dos recursos da Terra Indígena Manoki ora identificada, mostra que nesta área é possível assegurar a produção e manutenção dos Manoki (fratxe), com a revitalização de sua cultura e retomada de práticas agrícolas, de caça, de coleta e de manejo sustentável dos recursos.

A partir das conclusões acima, recomendamos dar continuidade ao procedimento de regularização da Terra Indígena Manoki conforme mapa de delimitação e respectivo memorial descritivo a seguir:

**RINALDO SÉRGIO VIEIRA ARRUDA**  
 Antropólogo Coordenador do GI PP n.º 1.144/00  
 Departamento de Assuntos Fundiários - DAF  
 Departamento de Demarcação - DED  
 Memorial Descritivo de Delimitação

Denominação  
 Terra Indígena Manoki  
 Aldeias Inegranites  
 Cravari, Perdiz, Asa Branca, Paredão, Treze de Maio e Recanto do Alípio

Grupo Indígena  
 Iranxé

Localização  
 Município: Brasnorte Estado: Mato Grosso  
 Administração Executiva Regional: Tangará da Serra  
 Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	12°20'27" S	57°37'22" Wgr.
Leste	12°49'37" S	57°23'00" Wgr.
Sul	12°58'48" S	57°31'23" Wgr.
Oeste	12°51'29" S	58°04'31" Wgr.

Base Cartográfica  
 Nomenclatura  
 SB.21-V-B e SB.21-V-D Escala  
 1:250.000 Órgão  
 D S G Ano  
 1981

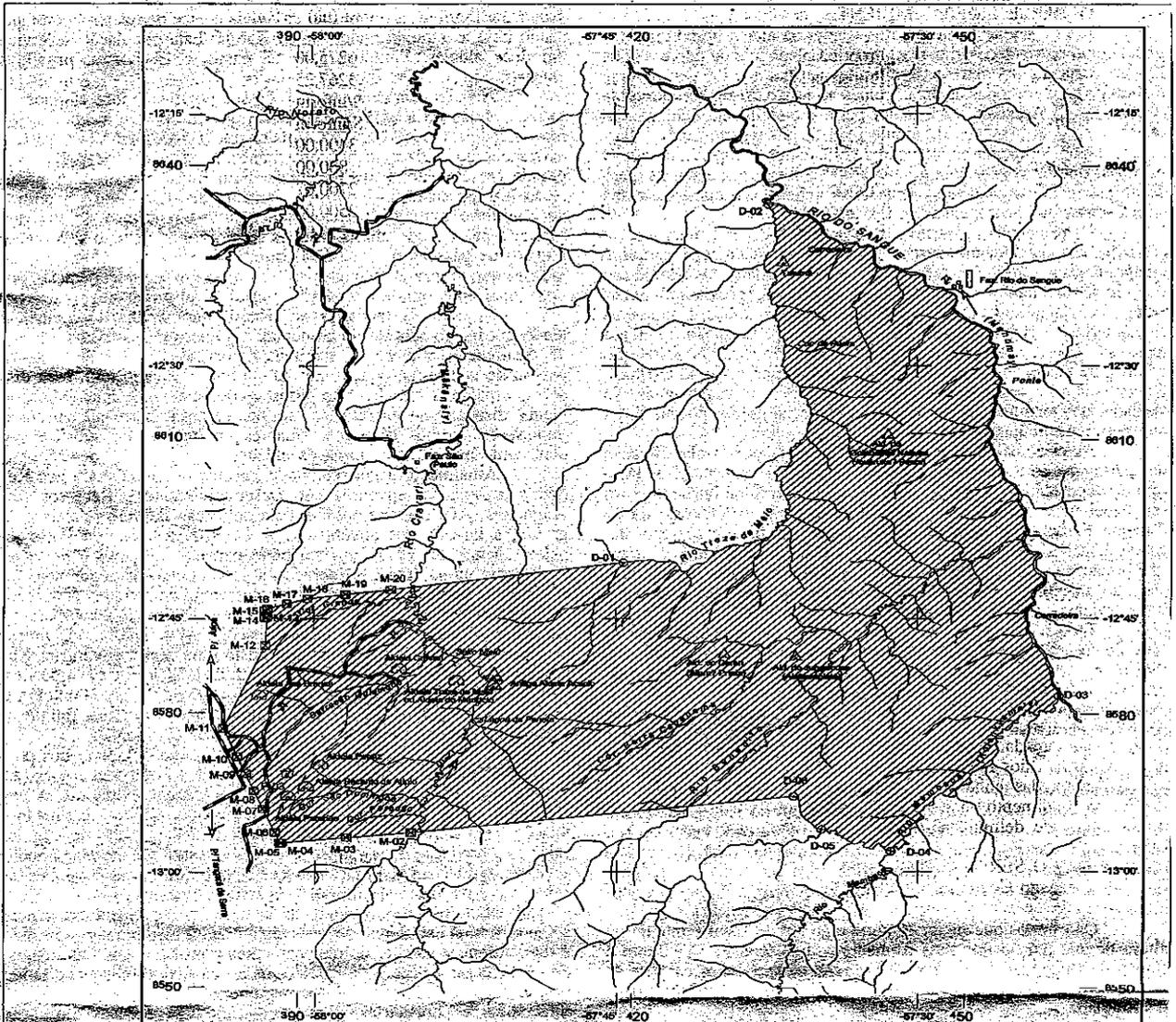
Dimensões  
 Superfície: 252.000 ha (duzentos e cinqüenta e dois mil hectares) aproximadamente  
 Perímetro: 289 km (duzentos e oitenta e nove quilômetros) aproximadamente

Descrição do Perímetro  
 NORTE: partindo do Marco 15 de coordenadas geográficas aproximadas 12°44'29,2" S e 58°02'25,1" Wgr., localizado na confrontação com a propriedade do Sr. Ilego G. Koppenghagen e as terras de quem de direito, no cruzamento de estrada vicinais, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 50°26'17,5" e 248,65 metros, até o Marco 16 de coordenadas geográficas aproximadas 12°44'24,1" S e 58°02'18,7" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 72°27'27,7" e 1.860,00 metros, até o Marco 17 de coordenadas geográficas aproximadas 12°44'06,1" S e 58°01'19,8" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 72°32'12,5" e 1.901,00 metros, até o Marco 18 de coordenadas geográficas aproximadas 12°43'47,7" S e 58°00'19,6" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 82°26'00,5" e 3.466,99 metros, até o Marco 19 de coordenadas geográficas aproximadas 12°43'33,3" S e 57°58'25,6" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 82°30'34,7" e 4.072,98 metros, até o Marco 20 de coordenadas geográficas aproximadas 12°43'16,5" S e 57°56'11,7" Wgr., localizado próximo ao Rio Cravari; daí, segue por uma linha reta, até o Ponto D-01 de coordenadas geográficas apro-

ximadas 12°41'39,7" S e 57°44'37,8" Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Treze de Maio; daí, segue pelo referido rio, à jusante, até o Ponto D-02 de coordenadas geográficas aproximadas 12°20'27,7" S e 57°37'22" Wgr., localizado na sua confluência com o Rio do Sangue; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio do Sangue, à montante, até o Ponto D-03 de coordenadas geográficas aproximadas 12°49'37,7" S e 57°23'00" Wgr., localizado na confluência do Rio Membeba; SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Membeba, à montante, até o Ponto D-04 de coordenadas geográficas aproximadas 12°58'48" S e 57°31'23" Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo referido igarapé, à montante, até o Ponto D-05 de coordenadas geográficas aproximadas 12°57'29" S e 57°34'47" Wgr., localizado na confluência de outro igarapé sem denominação; daí, segue pelo último, à montante, até o Ponto D-06 de coordenadas geográficas aproximadas 12°55'31" S e 57°36'11" Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta, até o Marco 02 de coordenadas geográficas aproximadas 12°57'39,9" S e 57°55'13,6" Wgr., localizado próximo ao Rio Cravari; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 264°20'27,4" e 5.805,85 metros, até o Marco 03 de coordenadas geográficas aproximadas 12°57'57,8" S e 57°58'25,44" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 264°14'51,1" e 5.850,04 metros, até o Marco 04 de coordenadas geográficas aproximadas 12°58'16,2" S e 58°01'38,7" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 264°13'02,2" e 133,59 metros, até o Marco 05 de coordenadas geográficas aproximadas 12°58'16,6" S e 58°01'43,1" Wgr. Confronta-se do marco 02 ao 05 com a propriedade do Sr. Laudelino Patrício. OESTE: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°38'24,0" e 1.250,00 metros até o Marco 06 de coordenadas geográficas aproximadas 12°57'38,9" S e 58°01'58,7" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°34'49,8" e 2.750,00 metros, até o Marco 07 de coordenadas geográficas aproximadas 12°56'16,0" S e 58°02'33,2" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°43'37,1" e 2.129,00 metros, até o Marco 08 de coordenadas geográficas aproximadas 12°55'11,4" S e 58°02'59,8" Wgr., localizado no bordo direito da faixa de domínio da Rodovia Estadual MT-170 que liga a cidade de Tangará da Serra à Juína, e na confrontação das propriedades dos Srs. Laudelino Patrício com a Sra. Regina Célia dos Santos Pereira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 335°17'21,0" e 60,50 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 12°55'09,5" S e 58°03'00,1" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°53'18,0" e 1.941,67 metros, até o Marco 09 de coordenadas geográficas aproximadas 12°54'10,9" S e 58°03'24,1" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°34'20,8" e 1.999,02 metros, até o Marco 10 de coordenadas geográficas aproximadas 12°53'10,6" S e 58°03'49,1" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 337°41'09,3" e 3.361,39 metros, até o Marco 11 de coordenadas geográficas aproximadas 12°51'29,2" S e 58°04'31,0" Wgr., confronta-se do Marco 08 ao Marco 11, com o bordo direito da Rodovia Estadual MT-170, sentido Tangará da Serra à Juína; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 22°29'03,9" e 9.835,43 metros, até o Marco 12 de coordenadas geográficas aproximadas 12°46'33,9" S e 58°02'25,0" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 03°42'30,0" e 3.057,20 metros, até o Marco 13 de coordenadas geográficas aproximadas 12°44'54,7" S e 58°02'18,1" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 252°38'07,6" e 2.182,20 metros, até o Marco 14 de coordenadas geográficas aproximadas 12°44'56,7" S e 58°02'24,9" Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 359°31'36,1" e 845,70 metros, até o Marco 15 início da descrição deste perímetro, confronta-se do Marco 11 ao Marco 15, com as propriedades dos Srs. Genástico Nogueira de Castilho, Carlos Domingos e Ilego G. Koppenghagen. Responsável Técnico: Identificação dos Limites: Mário dos Santos Alves, Técnico em Agrimensura/AER/GYN, CREA-GO 566/TTD.



SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte DOU, 51(222)  
 Data 18/11/2002 Pg cont. (16)  
 Class. IXD00014



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDIGENA DELIMITADA
- POSTO INDIGENA - CAMPO DE FOLSO
- ALDEIA INDIGENA - MALOCA INDIGENA
- CAÇA - PESCA
- COLETA - BERNHAL
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERÍODICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF	
DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDIGENA MANOKI</b>	
MUNICÍPIO: <b>BRASNORTE</b>	
ESTADO: <b>MATO GROSSO</b>	MUNICÍPIO: <b>TANGARÁ DA SERRA</b>
RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>	RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>
RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>	RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>
RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>	RESP. TÉCN. IDENTIFICAÇÃO LIMITE: <b>FRANCO BEZERRA VIEIRA APREDA</b>
VISTO CHEFE DO DEB.: <b>1144/09/11/00</b>	